



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA  
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA**

**RAIANE KELLY BARROSO DOS SANTOS**

**ANÁLISE DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA  
EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE BARREIRA – CE**

**REDENÇÃO - CE - BRASIL**

**2018**



**RAIANE KELLY BARROSO DOS SANTOS**

**ANÁLISE DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA  
EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE BARREIRA – CE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Francisco Sávio de Oliveira Barros

**REDENÇÃO - CE - BRASIL**

**2018**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Santos, Raiane Kelly Barroso Dos.

S233a

Análise do programa mais educação como política pública educacional no município de Barreira ? CE / Raiane Kelly Barroso Dos Santos. - Redenção, 2018.  
36f: il.

Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Especialização em Gestão Pública, Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientador: Prof. Me. Francisco Sávio de Oliveira Barros.

1. Educação - Política pública. 2. Política Pública Educacional. 3. Programa Mais Educação. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 370

---



RAIANE KELLY BARROSO DOS SANTOS

**ANÁLISE DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA  
EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE BARREIRA – CE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Me. Francisco Sávio de Oliveira Barros (Orientador)  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

---

Profa. Dra. Maria Vilma Coelho Moreira Faria  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

---

Profa. Dra. Sandra Maria Guimarães Callado  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Dedico este trabalho a todos que, em maior ou menor grau, contribuíram para que esta importante etapa da minha formação fosse concluída.



Agradeço primeiramente à Deus, pela minha vida, por todas as graças alcançadas até aqui e por sempre está orientando e iluminando o meu caminho e as minhas decisões.

À minha família, especialmente, meus pais, pelo amor incondicional e despretensioso que sempre me dedicaram e pelo exemplo de coragem, determinação e humildade.

À minha irmã Tayane, pela paciência e apoio constante e incondicional nos momentos de dificuldades.

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) pelas oportunidades oferecidas no decorrer do curso.

À meu orientador, professor Francisco Sávio de Oliveira Barros, pessoa sensível e grandiosa, que muito me ensinou com sua sabedoria.

Aos professores e tutores do Curso de Gestão Pública, pelos ensinamentos transmitidos, os quais contribuíram para o meu enriquecimento intelectual, como também profissional.

A todos os colegas da turma de Gestão Pública (2016. 2), cujos debates foram importantes para uma melhor compreensão das teorias que nos ajudam a conhecer a realidade.

Aos coordenadores, professores, alunos e pais envolvidos no Programa Mais Educação do município de Barreira - CE, que aceitaram participar das entrevistas e cujos depoimentos foram de grande relevância para compreensão do objeto de estudo.

Ciente de que posso ter deixado de mencionar a contribuição de várias outras pessoas, deixo aqui os sinceros agradecimentos a todos que, direta ou indiretamente, ajudaram-me no processo de formação como especialista do curso de Gestão Pública.

A todos, MUITO OBRIGADA!



“Nada temas, porque estou contigo, não lances olhares desesperados, pois eu sou teu Deus; eu te fortaleço e venho em teu socorro, eu te amparo com minha destra vitoriosa”.

(Isaías 41: 10)



O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve como objetivo central analisar o impacto do Programa Mais Educação (PME), como política pública educacional, no município de Barreira - Ceará, no período de 2008 a 2016. A pesquisa apresentou como fundamentação teórica questões referentes às Políticas Públicas, Educação no campo das Políticas Públicas e ao Programa Mais Educação (PME). Quanto à metodologia, o estudo apoiou-se nas inferências da pesquisa qualitativa e os dados analisados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas com coordenadores, professores, alunos e pais envolvidos no PME. Os resultados revelam que o PME acarretou benefícios expressivos para a educação municipal, com destaque para a ampliação do desenvolvimento educacional de crianças e jovens no município. Quanto ao impacto do PME, percebeu-se que o programa trouxe impactos positivos para a educação municipal, porém existem questionamentos quanto a infrequência de alguns alunos e a real avaliação do programa no município. Conclui-se que no município de Barreira – Ceará, o Programa Mais Educação se configura como um efetivo instrumento de estímulo à ampliação da carga horária escolar.

**Palavras-chave:** Política Pública. Política Pública Educacional. Programa Mais Educação.



The main objective of this study was to analyze the impact of the More Education Program (PME), as public educational policy, in the municipality of Barreira - Ceará, from 2008 to 2016. The research presented as theoretical foundation issues related to Public Policies, Public Policy Education and More Education (PME). As for the methodology, the study was based on qualitative research inferences and the data analyzed were obtained through semistructured interviews with coordinators, teachers, students and parents involved in the PME. The results show that the PME had significant benefits for municipal education, results, with emphasis on the expansion of the educational development of children and youth in the municipality. Regarding the impact of the PME, it was noticed that the program had positive impacts for the municipal education, however there are questions about the lack of some students and the real evaluation of the program in the municipality. It is concluded that in the municipality of Barreira - Ceará, the More Education Program is configured as an effective tool to stimulate the expansion of school hours.

**Keywords:** Public policy. Public Educational Policy. More Education Program.



**Quadro 1 - Escolas ativas no município de Barreira em 2017.....25**



<b>Tabela 1 - Evolução do município de Barreira no IDEB dos anos iniciais.....</b>	<b>26</b>
<b>Tabela 2 - Evolução do município de Barreira no IDEB dos anos finais.....</b>	<b>27</b>



**UNILAB**

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CREDE - Coordenadoria Regional de Educação

EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental

EMEIEF - Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

MEC – Ministério da Educação

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PME – Programa Mais Educação

PP - Políticas Públicas

SEB – Secretaria de Educação Básica

UNILAB - Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira



<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Políticas Públicas.....</b>	<b>16</b>
2.1.1 Conceituando Políticas Públicas.....	16
<b>2.2 Educação: Campo das Políticas Públicas.....</b>	<b>17</b>
2.2.1 A educação com base na legislação brasileira.....	18
2.2.2 Políticas Públicas Educacionais.....	19
<b>2.3 Programa Mais Educação como Política Pública.....</b>	<b>20</b>
2.3.1 Programa Mais Educação: origem e peculiaridades.....	21
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>23</b>
3.1 Classificação da pesquisa.....	23
3.2 Técnicas de coleta de dados.....	23
3.3 Técnicas de análise de dados.....	24
<b>4 PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO: O CONTEXTO DA PRÁTICA.....</b>	<b>25</b>
<b>5 PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BARREIRA: AVANÇOS E DESAFIOS.....</b>	<b>29</b>
<b>6 CONCLUSÕES.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As questões sociais sempre foram uma das principais preocupações da sociedade, principalmente aquelas relacionadas às melhores condições do sistema educacional. Desde a Constituição Federal de 1988, a busca pela melhoria na educação vem sendo um dos maiores desafios para o Estado. No art. 205 da Constituição Federal tem-se que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, a qual deverá ser promovida e estimulada pela sociedade, buscando o pleno desenvolvimento do ser humano, sua qualificação para o exercício da cidadania e para o trabalho (BRASIL, 1988).

Apesar de fazer parte da agenda de políticas públicas social, a área educacional sempre apresentou desafios, uma vez que ainda faz-se necessário a resolução de problemas referentes à maximização da qualidade do ensino. Há muito tempo, discute-se possíveis soluções para o desenvolvimento da educação no país, a fim de que a população se adeque ao meio social, adquira condições de viver plenamente em sociedade e participe de forma cidadã das questões políticas e sociais.

Com a finalidade de suprir demandas e preencher lacunas na área educacional, o governo vem desenvolvendo ações e programas significativos, principalmente relacionados às formas de amenizar a desigualdade educacional e ampliar a qualidade do ensino no país. Neste contexto, tem-se como exemplo de uma política de grande referência, o Programa Mais Educação, o qual é uma política pública coordenada pela Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), em parceria com as Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Educação.

O Programa Mais educação foi criado pela Portaria nº 17/2007, regido pelo Decreto 7.083/10. Considerada uma estratégia do Ministério da Educação, o programa busca promover a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, através do apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar (BRASIL, 2007). Assim, ampliando a jornada escolar nas escolas públicas, com o mínimo de 7 horas diárias, através de atividades optativas nos macrocampos, sendo: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

Perante o exposto e partindo-se da hipótese que o Programa Mais Educação pode colaborar positivamente para o desenvolvimento da aprendizagem e para a ampliação da escolarização no país, questiona-se: qual o impacto do Programa Mais Educação (PME) como política pública educacional no município de Barreira - Ceará?

No intuito de responder a esse questionamento e buscar respostas, essa proposta de pesquisa tem como objetivo analisar o impacto do Programa Mais Educação (PME), como política pública educacional, no município de Barreira - Ceará, no período de 2008 a 2016.

Do objetivo geral, desdobram-se os específicos, sendo: i) descrever o programa no município de Barreira; ii) analisar como o programa tem afetado os resultados de aprendizagem do ensino fundamental, a partir da visão dos coordenadores do programa; iii) investigar os resultados já alcançados pela política no município e/ou aqueles que ainda estão em andamento; iv) identificar possíveis mudanças educacionais causadas pela política.

As problemáticas referentes à educação no país ainda não foram solucionadas, trazendo impactos negativos para o desenvolvimento educacional. Assim, a relevância do presente estudo ampara-se nos seguintes pontos: i) concentração da literatura sobre políticas públicas; ii) observação quanto à efetivação do Programa em uma cidade interiorana; iii) apreciação da elevada onerosidade das políticas públicas educacionais para o tesouro público municipal; iv) articulação quanto a outros estudos avaliativos referentes ao Programa Mais Educação.

## **2 REFERENCIAL TEORICO**

Nesta seção será apresentada a fundamentação teórica desta pesquisa. Parte-se do conceito de Políticas Públicas e do tema educação no campo das Políticas Públicas. Consolida-se trazendo algumas explicações acerca do Programa Mais Educação (PME).

### **2.1 Políticas Públicas**

“O campo de saber das políticas públicas tem se consagrado como Lócus de discussão de notória centralidade para debater grandes questões sociais, econômicas e ambientais” (PENKO, 2011, p.161). Tais debates trazem para o campo das políticas públicas, problemáticas existentes em várias áreas, tais como: saúde, educação, desenvolvimento social, entre outras. E, ainda justificam a relevância da intervenção do governo e da necessidade de estudos analíticos no campo das políticas públicas.

#### **2.1.1 Conceituando Políticas Públicas**

Para suprir algumas lacunas e/ou resolver problemáticas existentes no país, o governo se utiliza das Políticas Públicas (PP), que a cada dia assume papel primordial para que sejam alcançados resultados satisfatórios em diversas áreas e promovendo o bem-estar da sociedade. A inclusão desse campo interdisciplinar na agenda de investigações ocorreu por conta de mudanças no cenário social, político e econômico, tal como a demanda por novas formas de gestão, aumento da mobilização social, busca por novos resultados, dentre outros (FREY, 2000; SOUZA, 2006).

As Políticas Públicas por sua interdisciplinaridade têm ganhado diferentes olhares, os quais apresentam conotações relacionadas a cada área ligada a ela, como a Sociologia, a Economia, Administração e Ciência Política (SOUZA, 2007). Dentro de uma perspectiva mais gerencial, Saraiva (2006) conceitua as Políticas Públicas como “um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”.

Já Souza (2006), numa visão mais científica, as determina como o campo

do conhecimento que procura colocar o governo em ação e/ou avaliar essa ação (variável independente) e, quando preciso, indicar alterações na direção ou curso dessas ações (variável dependente). Assim, sendo consideradas ações do Estado para preencher ou solucionar problemas globais dentro de um determinado território.

Numa visão mais social, Guareschi (2004, p.180) dispõe que as Políticas Públicas são “o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, de diversas áreas”. Logo, as demandas latentes da sociedade necessitam serem prioridades nas tomadas de decisões e fazerem parte da agenda dos governos, tendo em vista a garantia dos direitos sociais para toda uma sociedade.

As políticas públicas visam a responder as demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social. Visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente (TEIXEIRA, 2002, p.3).

Segundo Secchi (2010) as Políticas Públicas são destacadas como diretrizes formuladas para enfrentar um problema público, todavia para que tal problema seja destacado como público, esse deve ter implicações relevantes para um acentuado quantitativo de pessoas. Assim, as políticas públicas são ações desenvolvidas pelo governo para preencher ou solucionar problemas coletivos, o qual esteja afetando grande parte da população.

Dessa forma, as políticas públicas vêm sendo desenvolvidas com ênfase e atenção especial em problemas coletivos, os quais têm afetado diretamente o desenvolvimento e bem-estar social, ou seja, buscam amenizar problemas e/ou preencher lacunas nas diversas áreas, como: saúde, educação, desenvolvimento sustentável, entre outros. Contudo, sem esquecer que “o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existem diferenças sobre a importância relativa destes fatores” (SOUZA, 2006, p. 25).

## **2.2 Educação: Campo das Políticas Públicas**

A educação de um modo geral significa o processo de aprendizagem, onde ao longo do tempo, o ser humano vai adquirindo conhecimentos que

influenciam no seu modo de pensar e agir. Assim, sendo a educação fator essencial para o desenvolvimento das pessoas e conseqüentemente do país, faz-se necessário que o processo de ensino-aprendizagem seja desenvolvido e oferecido com qualidade. “O que aprendemos depende das condições de que dispomos para aprender. Somos programados para aprender, mas o que aprendemos depende do tipo de comunidade de aprendizagem a que pertencemos” (GADOTTI, 2009, p.53).

### 2.2.1 A educação com base na legislação brasileira

Há muito tempo, vem se discutindo e buscando maximizar a qualidade educacional no Brasil. Contudo, a educação só passou a ganhar maior destaque após a Constituição Federal de 1988, onde em seu texto constitucional expõe-se que a educação é um direito social e um dever do Estado e da família que será gerada e estimulada com a cooperação da sociedade (BRASIL, 1988). Ou seja, é obrigação do Estado o oferecimento gratuito de educação para todos, independentemente de classe social, sexo, raça e/ou cor.

A Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do adolescente e reitera a obrigação de que o Estado e todos os segmentos venham assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, estando à educação citada como um dos principais direitos, antecedida somente pelos direitos à vida, à saúde e à alimentação (BRASIL, 1990).

Dando continuidade e ênfase na área educacional, em 20 de dezembro de 1996, foi criada a Lei nº 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB), a qual vem estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, trazendo assuntos referentes à educação básica tradicionalmente marginalizada (BRASIL, 1996). Tal Lei vem reafirmar o direito a educação, estabelecido na Constituição Federal e determinar os deveres do Estado referentes ao ensino público, bem como definir os princípios da educação no país.

Posteriormente, dispondo sobre o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, em 24 de abril de 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), promulgado pelo Decreto n. 6.094, o qual antecipou ações para diversos níveis, etapas e modalidades da educação nacional, trazendo uma abordagem mais sistêmica (BRASIL, 2007). A ideia central do plano é a ampliação

da qualidade da educação básica e a qualificação dos processos de ensino-aprendizagem de crianças e jovens.

Mesmo com as legislações e normas criadas para a ampliação e maximização da qualidade do ensino, ainda existem lacunas a serem preenchidas nesse setor. Neste sentido, surge a necessidade do tema educação no campo das Políticas Públicas, uma vez que os problemas e as demandas referentes à área até então não foram supridas e as políticas públicas existentes ainda são insuficientes para assegurar o que foi determinado pela Constituição Federal de 1988.

### 2.2.2 Políticas Públicas Educacionais

Ao longo do tempo, por meio de lutas sociais a população vem buscando e conquistando a efetivação de alguns direitos sociais (educação, saúde, etc.). Assim, sendo a educação um direito social, o qual deve ser provido pelo estado, faz-se necessário que o governo ofereça o serviço de forma igualitária e com qualidade para toda a população.

Contudo, para tentar garantir de forma permanente tal direito e para que sejam atendidas às demandas referentes ao ensino público para todos, o governo se utiliza das políticas públicas, ou seja, o estado, para garantir e suprir tais direitos e atender as demandas advindas da sociedade nesse setor, cria políticas públicas educacionais.

As Políticas Públicas Educacionais funcionam como estratégias do governo para suprir carências no ensino público. Em relação às políticas públicas educacionais, Oliveira (2010) destaca:

Se políticas públicas é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar (OLIVEIRA, 2010, p. 04).

Assim, as políticas públicas educacionais correspondem à ação do Estado em ambientes escolares, onde estão relacionadas não somente ao acesso de todos os cidadãos as escolas públicas, mas também a todas as relações e todos os processos de construção escolar, ou seja, ideias e ações. E, principalmente, de

ações advindas do estado, considerando que “a análise de política pública é, por definição, estudar o governo em ação” (SOUZA, 2007).

É importante observar que as Políticas Públicas Educacionais não apenas se relacionam às questões relacionadas ao acesso de todas as crianças e adolescentes as escolas públicas, mas também, a construção da sociedade que se origina nestas escolas a partir da educação. Neste entendimento, aponta-se que as Políticas Públicas Educacionais influenciam a vida de todas as pessoas (FERREIRA; SANTOS, 2014, p. 148).

No Brasil, principalmente depois da constituição Federal de 1988, as políticas públicas educacionais estão sendo desenvolvidas com ênfase e atenção nos interesses e demandas sociais, ou seja, no bem-estar social, para que assim os problemas referentes às más condições de ensino-aprendizagem sejam amenizados e para que a construção da vida em sociedade seja mais cidadã.

Tem-se como exemplos de políticas públicas educacionais no Brasil: Programa Caminho da Escola, instituído pela Lei Federal nº 12.816, de 5 de junho de 2013; Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), estabelecido pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; Programa Universidade Para Todos (PROUNI), institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005; Programa Mais Educação (PME), instituído pela Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, e regulamentado pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, dentre outras.

### **2.3 Programa Mais Educação como Política Pública**

Os problemas referentes às más condições de ensino e aprendizagem em escolas públicas vêm afetando a qualidade de vida de muitas famílias no país. Contudo, ao longo do tempo, o governo vem discutido estratégias para solucionar tais problemas e assim atender demandas latentes da sociedade.

Nos últimos tempos, o Governo Federal em parceria com o Ministério da Educação e outros órgãos vem investindo e apoiando a implantação de algumas ações e programas na área educacional, com intuito de que os alunos concluam um ensino básico de qualidade e com condições necessárias para um futuro profissional promissor.

Na perspectiva de desenvolver ambientes e oportunidades educativas para qualificação do ensino público brasileiro, objetivando a maximização da

qualidade educacional, o Governo Federal elaborou o Programa Mais Educação que funciona como uma estratégia para o desenvolvimento da educação integral em jornada ampliada no país. Portanto, “trata-se do esforço para construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira” (BRASIL, 2011, p.06).

### 2.3.1 Programa Mais Educação: origem e peculiaridades

No ano de 2007, o Ministério da Educação, procurando atender a legislação educacional e buscando melhorias para a qualidade da educação, apresentou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o qual se consubstancia num conjunto de programas e ações que almejam maximizar a qualidade da educação no país (MOSNA, 2014).

Dentro do Plano, como uma de suas ações, surge o Programa Mais Educação (PME), criado em 2007 pela Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, e regulamentado pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, que tinha como finalidade “contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral” (BRASIL, 2010, p. 01).

O Programa Mais Educação, que iniciou os projetos para uma política integral, previa o aumento da jornada escolar, isto é, ampliação da carga horária, sem esquecer o Projeto Pedagógico da escola. Além de buscar garantir a aprendizagem, o programa também procurava reinventar a maneira de organização que norteia os processos escolares, estimulando a assimilação de saberes.

O PME busca impulsionar a melhoria do desempenho educacional no país e traz como destaque a elevação da aprendizagem, através do acompanhamento pedagógico, bem como do desenvolvimento de atividades nos campos de cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, meio ambiente, entre outras (BRASIL, 2010).

O objetivo do programa está exposto no art. 1º da Portaria Interministerial N° 17/2007:

Contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos (BRASIL, 2007, p. 02).

De forma mais detalhada, é retratado no Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, Artigo 3º, que são objetivos do Programa Mais Educação (PME):

I - formular política nacional de educação básica em tempo integral;  
II - promover diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais;  
III - favorecer a convivência entre professores, alunos e suas comunidades;  
IV - disseminar as experiências das escolas que desenvolvem atividades de educação integral; e  
V - convergir políticas e programas de saúde, cultura, esporte, direitos humanos, educação ambiental, divulgação científica, enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, integração entre escola e comunidade, para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico de educação integral (BRASIL, 2010, p. 01).

Quanto à implementação do programa, temos no art. 1º, da Portaria Interministerial Nº 17/2007, que:

Parágrafo único. O programa será implementado por meio do apoio à realização, em escolas e outros espaços sócio-culturais, de ações sócio-educativas no contraturno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia da proteção social da assistência social e à formação para a cidadania, incluindo perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmicas de redes (BRASIL, 2007, p. 02).

Considerada uma política pública de grande relevância para o país, essa ação tem sido desenvolvida e implementada nas escolas públicas, mediante a integração e apoio de quatro Ministérios, sendo: Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Cultura e Ministério do Esporte (BRASIL, 2007).

### 3 METODOLOGIA

Nesta seção serão apresentados os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a realização da presente pesquisa. Primeiramente, discorre-se sobre a classificação da pesquisa. Posteriormente, apresenta-se as técnicas de coleta de dados. Por fim, descreve-se as técnicas de análise de dados que foram empregadas.

#### 3.1 Classificação da pesquisa

A análise do impacto do Programa Mais Educação (PME) como Política Pública educacional necessita da interpretação de questões subjetivas, sendo necessário contato direto com os “atores chave” do processo de execução do programa e acesso a informações minuciosas. Assim, esta pesquisa constituiu-se em uma investigação de caráter qualitativo, pois a mesma é norteada para o julgamento de casos concretos, considerando sua peculiaridade temporal e local, apoiando-se das expressões e atividades dos atores em seus contextos locais (FLICK, 2004).

Quanto aos objetivos, essa pesquisa classifica-se como exploratória-descritiva. Primeiramente, foi efetuada uma investigação exploratória buscando dados gerais referentes ao estudo, uma vez que não existem pesquisas realizadas na região que abordem o tema, principalmente ao Programa Mais Educação. Após, realizou-se uma pesquisa descritiva, com o intuito de analisar o programa no município e trazer descrições detalhadas de tais análises.

Quanto aos procedimentos, este estudo utilizou o estudo de caso, haja vista que essa técnica possibilita “analisar um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de mundo real” (YIN, 2015, p. 17).

#### 3.2 Técnicas de coleta de dados

Tendo em vista a literatura corrente sobre Políticas Públicas e destacando as perspectivas do Programa Mais Educação, utilizou-se no estudo a pesquisa bibliográfica com a finalidade de adquirir conhecimentos teóricos para consubstanciar o referencial teórico. Assim, foi realizado o uso de livros, periódicos,

artigos científicos e teses pertinentes ao tema proposto na presente pesquisa.

Além da pesquisa bibliográfica, realizaram-se coletas de dados com informantes-chave (sujeitos), os quais foram escolhidos de forma intencional a fim de especificar os elementos de análise. Assim, participaram da pesquisa:

- a) Coordenadores do Programa Mais Educação do município de Barreira;
- b) Professores participantes do programa no município;
- c) Alunos beneficiados pelo Programa Mais Educação no município de Barreira;
- d) Pais dos alunos beneficiados pelo Programa.

No total, participaram das entrevistas 27 sujeitos, sendo: 02 (dois) coordenadores do programa, 05 (cinco) professores, 10 (dez) alunos e 10 (dez) pais. Para não comprometer os participantes do estudo, os relatos foram enumerados de 01(um) a 27 (vinte e sete) e assim foram empregados nos resultados da pesquisa.

Para isso, foi utilizada como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, uma vez que essa técnica possibilita que o entrevistador trabalhe com distintos grupos de pessoas, permitindo um amplo leque de percepções e representações (TRIVIÑOS, 1987). O emprego dessa técnica baseou-se na necessidade de entender em profundidade as percepções dos atores em relação ao objeto de estudo. Nos casos em que não foi possível a realização da entrevista, enviou-se o questionário por *e-mail*.

### 3.3 Técnicas de análise de dados

Os dados coletados na pesquisa foram organizados, sistematizados e tratados a partir de análise de conteúdo, de modo que foi possível o reconhecimento e a interpretação de questões relevantes para a análise desenvolvida. Assim, essa técnica é considerada de suma importância para a presente pesquisa, uma vez que permite que a comunicação seja analisada de maneira objetiva e sistemática.

Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo é considerada um grupo de técnicas para a exploração de comunicação, a qual se dá por meio de processos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens, visando à obtenção de indicadores que infiram nos conhecimentos referentes às condições de produção e a receptibilidade de mensagens.

#### 4 PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO: O CONTEXTO DA PRÁTICA

O município de Barreira está localizado no interior do Ceará, distante 64Km da capital do estado (Fortaleza) e possui cerca de 245,805 km<sup>2</sup> de área total, com estimativa de 19.574 habitantes, sendo que 8.127 (41,5 %) residem na zona urbana do município e 11.447 (58,5%) vivem na zona rural (IBGE, 2010). O município em companhia com Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção, constituem a Macrorregião do Maciço de Baturité.

A rede municipal de ensino de Barreira possui 13 (treze) escolas de ensino infantil e/ou fundamental, as quais 07 (sete) escolas, são localizadas na zona rural e 06 (seis) localizam-se na zona urbana (Quadro 1). No município, a educação é conduzida pela Secretaria de Educação, a qual é monitorada pela 8ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (8ª CREDE- BATURITÉ).

**Quadro 1 - Escolas ativas no município de Barreira em 2017.**

<b>Escola</b>	<b>Localização</b>	<b>Dependência Administrativa</b>
EMEIEF Boanerges Jacó	Urbana	Municipal
EMEIEF Antônio Julião Neto	Urbana	Municipal
EMEIEF Francisco Ramos de Albuquerque	Urbana	Municipal
EMEIEF Domingos Rodrigues Pereira	Rural	Municipal
EMEIEF José Nogueira Lima	Rural	Municipal
EMEIEF Pedro Alexandrino de Lima	Urbana	Municipal
EMEIEF Carlito Jacó	Rural	Municipal
EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira	Rural	Municipal
EMEIEF Manuel Liberato de Carvalho	Urbana	Municipal
EMEIEF Manoel Moreira	Rural	Municipal
EMEIEF José Amaro da Costa	Rural	Municipal
EMEIEF Francisco Correia Lima	Rural	Municipal
EMEF Francisca Amélia da Silva	Urbana	Municipal

Fonte: Secretaria da Educação – SEDUC (2017). Adaptado pela autora.

No município de Barreira - Ceará, o Programa Mais Educação foi implementado no ano de 2008, desde que passou a ser executada a Portaria Normativa Interministerial nº 17/2007, a qual instituiu o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar.

Ao olhar especialmente para escolas barreirenses, observa-se a evolução nos resultados bienais do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) entre os anos de 2007 e 2017, como ilustra a tabela 1 e a tabela 2. O IDEB corresponde a um indicador nacional, criado para medir a qualidade da educação e estipular metas para o melhoramento do ensino-aprendizagem.

O índice é calculado a cada dois anos, por meio de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep e é usado como o indicador que avalia os resultados do Programa Mais Educação, ou seja, sua eficiência quanto Política Pública Educacional. Segundo o Portal do Ministério da Educação (2017), o índice utiliza uma escala que vai de 0 a 10 e as metas estabelecidas pelo mesmo têm como objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos.

**Tabela 1 - Evolução do município de Barreira no IDEB dos anos iniciais**

<b>Escolas</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>
EMEIEF Boanerges Jacó	3,3	4,2	-	5,3	5,6
EMEIEF Antônio Julião Neto	3,2	4,1	4,4	5,3	5,7
EMEIEF Francisco Ramos de Albuquerque	3,1	-	5,1	5,7	-
EMEIEF Domingos Rodrigues Pereira	-	-	-	3,6	3,7
EMEIEF José Nogueira Lima	-	-	4,8	5,0	6,0
EMEIEF Pedro Alexandrino de Lima	3,6	3,3	4,1	4,3	6,2
EMEIEF Carlito Jacó	-	-	4,2	4,4	4,7
EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira	-	3,5	4,7	4,9	5,6
EMEIEF Manuel Liberato de Carvalho	2,7	3,1	4,3	5,0	6,1
EMEIEF Manoel Moreira	-	-	-	4,7	5,1
EMEIEF José Amaro da Costa	-	-	-	4,6	5,9
EMEIEF Francisco Correia Lima	-	2,7	3,5	4,8	-
EMEF Francisca Amélia da Silva	2,6	3,6	5,1	5,4	5,6

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Segundo relatos e observando os dados da tabela anterior, constatou-se que o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas no município de Barreira – Ceará vem crescendo ao longo do tempo e mostrando melhores

resultados. Se em 2007 Barreira possuía escolas em estado crítico, as quais mereciam maior atenção, a partir de 2013 a maioria das escolas passaram a apresentar melhores resultados e caminham para atingir a media desejável.

### **Evolução do município de Barreira no IDEB dos anos finais**

<b>Escolas</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>
EMEIEF Boanerges Jacó	-	-	-	-	-
EMEIEF Antônio Julião Neto	3,4	4,2	4,5	4,7	4,8
EMEIEF Francisco Ramos de Albuquerque	3,7	4,0	-	-	-
EMEIEF Domingos Rodrigues Pereira	-	-	-	-	-
EMEIEF José Nogueira Lima	-	-	-	-	-
EMEIEF Pedro Alexandrino de Lima	3,5	3,7	3,7	3,6	3,9
EMEIEF Carlito Jacó	-	-	-	-	-
EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira	-	3,7	3,4	4,1	4,8
EMEIEF Manuel Liberato de Carvalho	2,6	3,6	3,9	3,7	4,5
EMEIEF Manoel Moreira	-	-	-	-	-
EMEIEF José Amaro da Costa	-	-	-	-	-
EMEIEF Francisco Correia Lima	-	3,2	3,5	4,0	3,7
EMEF Francisca Amélia da Silva	3,2	3,5	3,7	3,9	4,1

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Referente ao IDEB dos anos finais do ensino fundamental nas escolas de Barreira observou-se um aumento significativo ao longo dos anos. Desde 2007, as escolas municipais vêm maximizando os seus resultados e em 2015 as escolas já apresentam resultados bem próximo da meta almejada.

Os alunos que tinham muita dificuldade em algumas matérias, desde a implementação do Programa Mais Educação no município, passaram a apresentar melhores resultados escolares, dados estatísticos comprovam a minha argumentação, dados como o do IDEB (RELATO 12 - PROFESSOR).

Em relação aos critérios para escolha das unidades escolares que seriam beneficiadas pelo programa, os entrevistados informaram que todas as escolas do município participaram do PME. Já sobre os critérios para seleção dos alunos participantes do programa, foi exposto que a preferência era dada para as crianças e jovens que encontravam-se expostas a maior vulnerabilidade social e/ou com baixo rendimento escolar, dificuldades de aprendizagem, interesse em participar do

programa, isto é, a seleção seguia padrões e era realizada pela própria escola.

Quanto à escolha dos macrocampos (atividades) que seriam desenvolvidos em cada escola, os participantes das entrevistas destacam que a própria gestão escolar (coordenadores do programa na escola) era que realizava tal escolha, uma vez que a atividade deveria condizer com a realidade a qual a escola estava inserida.

Já relacionado à substituição ou mudança de algum dos macrocampos e/ou oficinas, com exceção da parte pedagógica, os coordenadores revelam que a troca, quando realizada, era baseada em pesquisas (professores, alunos e coordenadores) e observando o contexto ao qual a escola estava inserida.

No total, cada escola deveria selecionar 05 (cinco) macrocampos para serem desenvolvidos, porém dentro dos macrocampos escolhidos sempre deveria existir atividades de letramento (pedagógica), como disciplinas de língua portuguesa e matemática.

[...] as escolas participantes do Programa Mais Educação selecionam os cinco macrocampos com atividades referentes a letramento (parte pedagógica), esporte, dança, instrumentos musicais (violão, flauta, guitarra, etc), artes marciais (karate, capoeira, etc), dentre outras (RELATO 7 - COORDENADOR).

Assim de acordo com os relatos, o programa promoveu diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais, uma vez que as atividades desenvolvidas no programa eram divididas por macrocampos e escolhidas de acordo com a realidade de cada escola, ou seja, eram selecionadas de acordo com o ambiente em que as pessoas estavam inseridas, buscando implantar atividades locais no ambiente escolar.

Ao escolher os campos de estudo de acordo com a realidade de cada escola e com o que aquele ambiente pode oferecer para os alunos, acaba que sendo inserido um pouco daquela realidade no ambiente escolar, onde os alunos participantes passam a conhecer e conviver com a realidade local na qual estão inseridos (RELATO 2 – PROFESSOR).

O recurso financeiro utilizado para o desenvolvimento das atividades e para a realização das necessidades primárias, referente as aulas, vinham do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Segundo descrições dos coordenadores, os recursos caíam direto na conta da escola (sendo que 30% deveria ser gasto com bens duráveis e 70% com materiais pedagógicos) e o acompanhamento era realizado pelo Conselho Escolar.

## **5 PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BARREIRA: AVANÇOS E DESAFIOS**

De acordo com os coordenadores, o Programa Mais Educação (PME) tem afetado positivamente os resultados de aprendizagem do município, uma vez que tem estimulado crianças e jovens a participarem ativamente de atividades no contraturno escolar e auxiliado no desenvolvimento educacional dos alunos de Barreira. Isto é, os relatos demonstram que o programa trouxe para crianças e jovens do município a oportunidade de vivenciar e participar de atividades nos campos de cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, meio ambiente, entre outras.

Alguns dos entrevistados expõem que o programa veio trazer para dentro da educação municipal um novo jeito de aprender, uma vez que, com o advento do programa nas escolas, foram-se descobrindo novos talentos e ampliando as oportunidades de aprendizado no contraturno escolar.

Foi um programa que veio alavancar um novo jeito de aprender e realizar a descoberta dos talentos, no município eu via muitas coisas negativas, como: jovens soltos na rua, ociosos sem ter o que fazer no contraturno escolar e com o programa o fato foi diminuindo (RELATO 9 - PAIS).

Outro ponto bastante significativo, quanto as melhorias na educação municipal, exposto pelos próprios alunos entrevistados, diz respeito à desinibição de muitos deles, os quais passaram a participar com maior frequência das aulas, tanto as curriculares, quanto as no contraturno. Assim, trazendo para dentro da sala de aula e para o processo de ensino-aprendizagem maiores possibilidades de diálogo. “Passei a ser mais extrovertida, consegui me expressar melhor e assim expor minhas dificuldades de aprendizado” (RELATO 16 - ALUNO).

No ponto de vista dos pais, quando nos referimos às melhorias trazidas pelo PME, as manifestações da maioria concentraram-se: no melhoramento da aprendizagem, nas melhorias da estrutura da escola, na retirada das crianças e jovens de ambientes inadequados e na oportunidade de deixarem seus filhos desenvolvendo atividades escolares enquanto trabalham.

Relacionado à reprovação e evasão de alunos nas escolas municipais, os relatos deixaram claro que após a implementação do Programa Mais Educação os dados referentes a estes fatores foram minimizados. Vale ressaltar que a assistência social, por meio do conselho tutelar do município, é outro apoio bastante presente

para a escola, uma vez que auxilia na manutenção desses alunos dentro da sala de aula.

Considerando os relatos, um dos problemas do PME no município, diz respeito à infrequência dos estudantes, ou seja, ainda existem muitas crianças e jovens que desconhecem o objetivo e as principais finalidades do programa e acabam não dando valor a oportunidade oferecida pelo governo.

Quanto à importância e possíveis mudanças do PME na educação dos municípios, destacou-se nos relatos que o programa trouxe para dentro da educação municipal a ampliação da carga horária escolar, que podemos tomar como ponto positivo. Contudo, isso acabou acarretando um problema educacional, tendo em vista que as escolas não possuem estrutura física adequada para o desenvolvimento das atividades no contraturno escolar.

Alguns dos desafios relacionados à educação e a efetivação do Programa Mais Educação no município, apontados pelos entrevistados, foram:

- a) Falta de estrutura física adequada (espaço físico na escola), uma vez que as escolas não disponibilizam de condições adequadas para a realização das atividades;

[...] inicialmente o programa trouxe uma significativa quantidade de recurso para o custeio das atividades, porém relacionado a questão da infraestrutura da escola, a escola cresceu, aumentou suas atividades e não possui espaço apropriado para o desenvolvimento das atividades (RELATO 21 - COORDENADOR).

- b) Falta de materiais didáticos para realização de algumas das atividades, tendo em vista que existem alguns macrocampos que necessitam de materiais específicos para o desenvolvimento eficiente das atividades.
- c) Manutenção de materiais. Relatos informam que no início do programa, o governo disponibilizou recursos para a compra de alguns materiais permanente para a escola. Contudo, nos anos seguintes não existiu o apoio financeiro para a manutenção dos mesmos.

[...] falta de manutenção e equipamentos de mídia. Tenho colocando em pauta que os materiais são apenas de enfeite, por que o equipamento veio mais falta à contra partida do município para auxiliar na manutenção dos mesmos (RELATO 5 - PROFESSOR).

- d) Baixa remuneração dos professores (oficineiros) do programa. Eles trabalham de forma voluntária, recebendo apenas um valor simbólico para

auxilia-los nos custos primários. Assim, torna-se complicado a disponibilidade de membros para a realização das atividades.

- e) Contratação de profissionais capacitados, haja vista que os professores que ministram as atividades do programa, na sua maioria, ainda estão em processo de formação ou são formados mais não dão o melhor de si por conta do baixo valor oferecido para a ajuda de custo.
- f) Rotatividade de professores (oficineiros), isso ocorre em decorrência do valor monetário recebido com o trabalho voluntário, osicineiros ao conseguirem outra ocupação laboral mais bem remunerada acabam deixando o serviço que estão prestando no programa.

Mesmo sendo destacada a importância do PME no desenvolvimento educacional dos municípios, alguns dos entrevistados questionam a falta de normas mais rígidas quanto à frequência dos alunos participantes do programa. Uma vez que, deveriam existir elementos e parâmetros para estimular uma maior contrapartida dos alunos beneficiados.

Apesar de reconhecer o impacto positivo do Programa Mais Educação no desenvolvimento educacional de muitos dos alunos do município, alguns entrevistados questionam o fato da não existência de parâmetros de avaliação específicos para a análise efetiva do programa. A sugestão de alguns dos coordenadores e professores, seria a criação de mecanismos de mensuração quanto a real efetividade da implementação e do impacto do programa frente à aprendizagem das crianças e jovens do município que participaram do programa.

## 6 CONCLUSÃO

O objetivo geral que norteou essa pesquisa consistiu-se em analisar o impacto do Programa Mais Educação (PME), como política pública educacional, no município de Barreira - Ceará, no período de 2008 a 2016. A consecução dos resultados da pesquisa se tornaram viáveis por meio das entrevistas realizadas junto a participantes do programa, onde questões relevantes referentes ao impacto do programa na educação municipal foram sendo reveladas.

Para apoiar esta percepção, o primeiro objetivo específico da pesquisa foi descrever o programa no município de Barreira. Primeiramente, expôs-se algumas informações municipais, com o propósito de evidenciar e demonstrar as formas pelas quais o programa vem sendo desenvolvido no município. Observou-se que no município todas as escolas participam do programa, porém não pode-se considerar que tais escolas sejam de “tempo integral”, haja vista que não possuem condições adequadas para custear as despesas necessárias.

Posteriormente, com o segundo objetivo específico, se propôs analisar como o programa tem afetado os resultados de aprendizagem do ensino fundamental, a partir da visão dos coordenadores do programa. Para compreender a visão dos coordenadores em torno da relevância ou contribuição do programa nos resultados de ensino-aprendizagem, buscou-se entender suas percepções sobre o papel do programa na vida educacional dos munícipes. De maneira geral, observou-se que o PME tem trago resultados positivo para a educação municipal, ao permitir que crianças e jovens realizem atividades escolares no contraturno e vivenciem atividades nos campos de cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, meio ambiente, entre outras.

Em seguida, com o terceiro objetivo específico, buscou-se investigar os resultados já alcançados pelo PME no município e/ou aqueles que ainda estão em andamento. De um modo geral, temos que a política já trouxe para dentro da educação municipal, a visão de que atividades no contraturno auxiliam e colaboram para a elevação da aprendizagem e para o desenvolvimento de alunos na rede pública municipal de ensino, uma vez que os resultados do IDEB vem subindo depois da implementação do programa no município.

Constatou-se também que ainda existem lacunas a serem preenchidas para que a implementação da política seja eficiente e para que os todos os

resultados almejados sejam alcançados. Como por exemplo: adequação da infraestrutura física das escolas, contrapartida da Prefeitura Municipal, referente ao apoio e desenvolvimento das oficinas; maior transparência quanto às finalidades do programa, dentre outros.

Por fim, objetivou-se identificar possíveis mudanças educacionais causadas pela política. Constatou-se que as crianças e jovens, participantes do programa, passaram a desempenhar melhores resultados e muitos deles deixaram de lado a timidez em demonstrar suas limitações, assim desinibindo as relações dentro da sala de aula. Observou-se ainda que o programa tem contribuído para diminuir o índice de reprovação e de evasão escolar no município.

Assim, constatou-se que a partir do estabelecimento do PME no município, o padrão de aprendizagem dos alunos participantes foi observado com patamares mais elevados dentro do ciclo educacional, uma vez que ocorreu um aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). No entanto, cabe questionar até que ponto o aumento desse índice pode servir como dado para medir o desempenho educacional dos alunos.

Desta forma, nota-se que o Programa Mais Educação no município de Barreira vem procurando, através de atividades no contraturno escolar, incentivar e apoiar crianças e jovens no processo de ensino-aprendizagem, para que futuramente eles estejam em um patamar educacional diferente que, conseqüentemente, mudará o padrão e a condição de vida no qual vivem.

Acrescenta-se como sugestões para futuras pesquisas, a análise e correlação de resultados do programa com outros índices (índice de violência, índice de evasão escolar, dentre outros). No estudo identificou-se a redução de tais índices por meio da fala dos participantes, contudo não sendo possível a efetivação quantitativa dos dados, uma vez que o programa foi implantado recentemente no município e ainda não existem dados efetivos que demonstrem tais colocações.

Depois de realizadas as conclusões, torna-se relevante destacar as limitações da presente pesquisa. Assim, temos como importante limitação, o caráter interpretativo do estudo, localizado e não generalizável, dado que se utilizou como base de dados a percepção de uma realidade específica sob o entendimento de uma composição coletiva do pesquisador e dos pesquisados.

Contudo, as limitações não invalidam os resultados e sim, assinalam direções para pesquisas futuras, as quais estejam voltadas para dentro do campo de

análise de políticas públicas, sendo elas nas mais diversas áreas de conhecimento. No mais, vale destacar a importância de pesquisas que buscam entendimento dentro do campo das políticas públicas e trazem o olhar e a percepção dos próprios beneficiados.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977. 225 p.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20072010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6094.htm)>. Acesso em: 19/03/2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.083, de 27 de jan./2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20072010/2010/decreto/d7083.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/decreto/d7083.htm)>. Acesso em: 24/03/2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de jul./ de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 20/03/2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dez./1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 19/05/2018.

\_\_\_\_\_. Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12985-portaria-19041317-pdf&category\\_slug=abril-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12985-portaria-19041317-pdf&category_slug=abril-2013-pdf&Itemid=30192)>.

FEREIRA, Cleia Simone; SANTOS, Everton Neves. Políticas Públicas Educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. Revista LABOR, nº 11, v.1, 2014.

FLICK, U. Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre:Bookman,2004.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 21, p. 211-259, 2000.

GADOTTI, M. Educação integral no Brasil: inovações em processos. São Paulo, instituto Paulo Freire, 2009 (Série Educação Cidadã, v. 4).

GUARESCHI, Neuza; COMUNELLO, Luciele Nardi; NARDINI, Milena; Júlio César Hoenisch (2004). Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: Violência, gênero e políticas públicas. Orgs: Strey, Marlene N; Azambuja, Mariana P. Ruwer; Jaeger, Fernanda Pires. Ed: EDIPUCRS, Porto Alegre, 2004.

MOSNA, Rosa Maria Pinheiro. Avaliação da política pública "Programa Mais Educação" em escolas de ensino fundamental da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul: impactos na qualidade e no financiamento do ensino fundamental. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2014.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de. Fronteiras da educação: tecnologias e políticas. Goiânia - Goiás: PUC Goiás, 2010.

PENKO, C. Para compreender as políticas públicas: uma leitura introdutória Leviathan – Cadernos de Pesquisa Política, São Paulo, v. 3 n. 2, pp. 161-166, 2011.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (Org.). Coletânea Políticas Públicas. Brasília: ENAP, v.1, p.21-95, 2006.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Org.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 65-86.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TEIXEIRA, Leonardo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Salvador: AATR, 2002. Disponível em:<[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)>. Acesso em: 3/04/2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R.K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 5ª Ed - Porto Alegre: Bookman, 2015.